

DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E CRISE AMBIENTAL: GOVERNANÇA PARA O PLANETA TERRA

Roberto Tadeu Bombassaro*
Lafaiete Santos Neves**
Antoninho Caron***

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico em vigor que, orientado pela dinâmica do sistema capitalista nas últimas décadas, começa a apresentar fortes consequências de degradação ambiental e esgotamento de recursos naturais do planeta. A análise dos números da economia chinesa nos últimos anos traz para reflexão a projeção de resultados catastróficos em decorrência de seu crescimento econômico e da perspectiva da possível mudança no estilo de vida de sua população, baseado no modelo de consumo norte-americano. Porém, não é só o fenômeno do crescimento da China que representa uma ameaça iminente à sobrevivência do planeta, mas todo o processo de desenvolvimento econômico baseado no crescimento permanente de todas as nações, passando a exigir urgente implantação de um modelo de governança que oriente para um futuro mais promissor. Sustentado por análises realizadas por Jared Diamond (2007) no estudo histórico de civilizações dizimadas, pelas propostas de Lester Brown (2003) para criação de um novo modelo econômico mundial e pelas iniciativas do IBGC de estímulo aos profissionais do mundo empresarial para incorporação das melhores práticas de governança, este artigo propõe a adoção de um eficiente sistema de governança para o planeta.

Palavras-chave: desenvolvimento; governança; meio ambiente.

Abstract

This article aims at discussing the depletion of the economic development model in place, driven by the dynamics of the capitalist system in recent decades, begins to show strong effects of environmental degradation and especially depletion of natural resources around the globe. Analysis of the figures of the Chinese economy in recent years brings reflection projection of catastrophic results due to its economic growth and the prospect of a possible evolutionary change in lifestyle of its population, based on the model of U.S. consumption. But not only is the phenomenon of China's growth represents an imminent threat to the survival of the planet, but the whole process of economic development based on permanent growth of the entire group of nations who inhabit the globe, and require urgent deployment a governance model that shifted to a more promising future. Supported by analysis performed by Jared Diamond (2007) in the historical study of civilization decimated, by the proposals of Lester Brown (2003) to create a new world economic model and the initiatives of IBGC stimulus to business professionals in the world to incorporate the best practices governance, this paper proposes the adoption of an efficient system of governance for the planet Earth.

Keywords: development; environment; governance.

* Mestrando em Organizações e Desenvolvimento pela UNIFAE – Centro Universitário Franciscano do Paraná, Especialista em Direito Público pela UNOPAR – Universidade Norte do Paraná, Graduado em Direito pela IESA – Instituto Cenecista de Santo Ângelo, Graduado em Administração pela AIEC – Associação Internacional de Educação Continuada. E-mail: advogado_rbombassaro@uol.com.br.

** Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná. E-mail: lafaiete.neves@gmail.com.

*** Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná. E-mail: acaron@brturbo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é reforçar as posições que vem sendo assumidas por inúmeros estudiosos no mundo todo inconformados com a tendência de agravamento das condições de vida no planeta em consequência dos hábitos consumistas que foram estimulados pela evolução do sistema capitalista.

Conforme Lester Brown (2003) discorre ao longo de sua obra, o modelo energético que predomina na atualidade, baseado na queima de combustíveis fósseis e o desenfreado desmatamento em todos os continentes, é o maior responsável por fenômenos como o aumento da temperatura do planeta, o degelo nas calotas polares e nos glaciares, a elevação dos oceanos e o aumento da escassez hídrica, fatores que tem agravado gradativamente o número de desastres naturais como tempestades, deslizamentos e enxurradas em todo o planeta.

Essa constatação, aliada aos fatores referentes à análise do desenvolvimento econômico da China, são motivos suficientes para que o ser humano acenda o sinal de alerta para acionar mecanismos que permitam o transatlântico da humanidade efetuar as manobras necessárias para correção do rumo e assim, desviando a tempestade, atingir o porto do progresso com harmonia entre a natureza e o homem.

Porém, essa alteração de rota não pode se limitar à ações mitigadoras de danos ao meio ambiente sem alterar em profundidade os conceitos implícitos na estrutura do modelo econômico capitalista em vigor.

A manutenção da economia como centro nuclear de todas as decisões do destino da humanidade precisa ser revista e isso envolve uma revisão enérgica de profundidade no estilo de vida das pessoas e seu modo de agir em relação à natureza que começa pela reeducação com disciplina e alteração na escala de valores, principalmente relacionados ao modelo de consumo.

A adoção do sistema capitalista em substituição ao feudalismo que apresentava sinais de esgotamento e forçava a adoção de meio alternativo que possibilitasse a

sobrevivência evolutiva do homem trouxe consigo enorme poder de modificação das relações entre as pessoas e, principalmente, novas formas de geração de riqueza que se sustentaram sob a insígnia da acumulação.

Esse pilar do sistema espiral que não estabelecia limite final na geração de excedentes como meio de retro-alimentação sistêmica funcionou, aparentemente, muito bem durante décadas em que o homem não percebia que o capital estava assumindo o controle absoluto sobre os demais fatores de produção.

Transcorrido o tempo que permeou gerações até chegar aos dias atuais o modelo foi evoluindo e começou a apresentar desgastes que começaram a ser percebidos pelos pesquisadores mais atentos que apontaram as fragilidades da super exploração do trabalhador e do total aproveitamento desregrado, gratuito e inconseqüente, dos meios naturais.

A economia global atual foi formada por forças de mercado e não por princípios de ecologia. Infelizmente, ao deixar de refletir os custos totais dos bens e serviços, o mercado presta informações enganosas aos tomadores de decisões econômicas, em todos os níveis. Isso criou uma economia distorcida, fora de sincronia com os ecossistemas da Terra - uma economia que está destruindo seus sistemas naturais de suporte. (BROW, 2003, p. 84).

A desigualdade entre os países ricos e em desenvolvimento se agravou nas últimas décadas fruto do acirramento da competição internacional, provocando o desencanto com a “utopia global” e tornando cada vez mais concreta a hipótese de que o capitalismo global esteja perdendo sua aura de infalibilidade (FIORI, 2000, ps. 13-14).

A tão sonhada universalização da riqueza aliada com a homogeneização das economias que conduziriam todos os povos a usufruir dos benefícios do desenvolvimento global foi ficando cada vez mais distante com a aceleração do processo de concentração do poder político e da riqueza capitalista nas mãos de poucos Estados, na maioria europeus.

A perspectiva que se coloca a partir desse cenário descrito leva a uma profunda reflexão de que forma a humanidade poderá encontrar um caminho que permita superar os desafios de erradicação da pobreza, redução das desigualdades entre os povos e preservação do meio ambiente que permitirá garantir a longevidade do planeta terra.

É nesse sentido que se propõe o aproveitamento dos princípios que nortearam o desenvolvimento e adoção de procedimentos eficazes que foram, e estão sendo, adotados nas empresas do mundo todo com o rótulo de governança corporativa e que revolucionaram a forma de gestão empresarial para auxiliar na mudança de comportamento das pessoas e na condução dos negócios pelas empresas com o fito zelar pela saúde do planeta de forma a atingir prosperidade com responsabilidade sócio-ambiental.

2. DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES NO SISTEMA CAPITALISTA

O modelo econômico vigente hodiernamente no mundo desenvolveu-se a partir de uma concepção que, originando-se na produção artesanal, consolida-se no século XVIII com o advento da revolução industrial na Inglaterra. A industrialização trouxe em seu bojo novas tecnologias que alteraram drasticamente o modo de produção artesanal e a agricultura de subsistência que então predominavam.

A Revolução Agrícola envolveu a reestruturação da economia alimentar, saindo de um estilo de vida nômade, baseado na caça e coleta, para um estilo de vida assentado, baseado no cultivo do solo. Embora a agricultura tenha iniciado como um complemento da caça e da coleta, veio a substituí-los totalmente. A Revolução Agrícola implicou o desmatamento de um décimo da superfície terrestre coberto por capim ou árvores, para que fosse arado. Contrariamente à cultura caçador/colhedor, que pouco efeito causou à terra, essa nova cultura agrícola transformou literalmente a superfície do planeta.

A Revolução Industrial está em andamento há dois séculos, embora em alguns países ainda esteja em seus primórdios. Em sua base, havia uma mudança das fontes de energia - da madeira ao combustível fóssil - uma mudança que abriu caminho para uma expansão maciça da atividade econômica. Realmente, ela se distingue pelo domínio de quantidades gigantescas de energia fóssil para objetivos econômicos. Embora a Revolução Agrícola tenha transformado a superfície da Terra, a Revolução Industrial está transformando a atmosfera do planeta. A produtividade adicional que a Revolução Industrial viabilizou desencadeou imensas energias criativas. Também criou novos estilos de vida e a maior era ambientalmente destrutiva da história da humanidade, colocando o mundo firmemente no caminho do declínio econômico.

A Revolução Ambiental se assemelha à Revolução Industrial por ser, cada uma, dependente da mudança para uma nova fonte energética. E, igualmente às duas revoluções anteriores, a Revolução Ambiental afetará todo o planeta. (BROWN, 2003, p. 99-100).

Como característica essencial do sistema capitalista que rege este modelo de desenvolvimento econômico das nações o processo de acumulação de riquezas assume o núcleo central da estrutura econômica estabelecendo as regras de funcionamento de um mecanismo que tem como princípio um estilo espiral que não reconhece limitantes ou patamares de estabilização com tendência de crescimento ao infinito.

Além de provocar efeitos colaterais significativos de desigualdade de condições de vida entre os povos, permitindo que as nações pioneiras assumissem papéis centrais e de dominação imposta àquelas que despertaram com algum atraso, condenando estas últimas a desempenharem papel de coadjuvante com obrigação de produzir bens primários que possibilitassem o suprimento das necessidades das primeiras.

Um dos efeitos mais nefastos que o sistema capitalista produziu em consequência das desigualdades referenciadas acima foi a divisão do mundo em nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Este fenômeno foi

estudado e interpretado pelo economista Celso Furtado que, contrariando o pensamento econômico vigente, afirma que “o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. (FURTADO, 2000, p. 253).

Enquanto que nas economias centrais as exportações dividiam a responsabilidade pelo crescimento econômico com as inversões autônomas e forte incremento nas inovações tecnológicas, os países periféricos tinham quase que exclusivamente nas exportações sua fonte de crescimento de renda. (TAVARES, 2000, P. 220).

O abalo sofrido pelas economias dos países latino americanos, que eram baseadas na exportação, em consequência das seguidas crises ocorridas nos períodos pós-guerra forçaram a alteração do modelo tradicional e a adoção do que ficou conhecido por processo de substituição de importações que foi definido por Conceição Tavares (2000, p. 225) assim:

O processo de substituição das importações pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.

Durante os quase três séculos de vigência do sistema capitalista foram registradas crises estruturais e sistêmicas cíclicas:

La historia del capitalismo registra, asimismo, numerosas crisis cíclicas de largo plazo como las siguientes: 1819-1821, 1847-1848 (que coincidió con la crisis sistémica en esos años), 1871-1873 (a la que estuvo relacionada la Comuna de París; que, por otro lado, inauguró la fase imperialista clásica; y encuadró el desarrollo de la Segunda Revolución Científico-Técnica de las últimas dos décadas del siglo XIX), 1902-1903 (a la que estuvieron relacionadas la Primera Guerra Mundial y la Revolución Rusa), 1929-1933 (que coincidió con la crisis sistémica de esos

años), y 1974-1975. En el marco de estos ciclos de 20-25 años y de sus momentos de crisis, han tenido lugar las llamadas crisis cíclicas de menor plazo de entre 5, 7 o 10 años. Estas crisis de periodos más cortos, también han coincidido en diversas ocasiones con los otros dos tipos de crisis descritos previamente. (GUTIÉRREZ; LONG; PAR-GA, 2004).

As diversas crises enfrentadas pelo sistema capitalista, que demarcam seus ciclos econômicos, são determinadas, na visão de Netto e Braz (2006, p. 160-161), por fatores determinantes como (i) a anarquia da produção que consiste no total descontrole e falta de planejamento global no processo produtivo, assim como (ii) a queda da taxa de lucro respondida de forma egoísta por cada capitalista e ainda pelo (iii) descompasso entre a capacidade de produção e a capacidade de consumir pelo contingente dos trabalhadores, o chamado subconsumo das massas trabalhadoras.

Gunder Frank surge em meio aos embates de estudiosos que se defrontam com idéias contraditórias sobre o que levou os países da América latina a se estabelecer na condição de subdesenvolvidos. Para alguns, como os fundadores da CEPAL, certamente influenciados pela ideologia norte-americana, o subdesenvolvimento nada mais era que um estágio de evolução que desembocaria no desenvolvimento. Contrário a esta ideia, Frank afirmava que tal premissa não explicava satisfatoriamente o porquê da geração simultânea de regiões desenvolvidas e outras subdesenvolvidas.

Entende Frank (1973, p. 35) que o processo de desenvolvimento do capitalismo, por meio das relações estruturadas entre metrópoles e satélites, é o responsável pela geração dessas desigualdades a partir da exploração ocorrida desde os primórdios do capitalismo quando os países periféricos “forneceram outrora a seiva da vida para o desenvolvimento mercantil e industrial capitalista da metrópole”.

Nas últimas décadas algumas teorias foram desenvolvidas por estudiosos das economias das nações tais como a economia do desenvolvimento, a teoria estruturalista e as três vertentes da teoria da dependência (subdesenvolvimento, obstáculos ao

desenvolvimento nacional e situações concretas de dependência), todas tentando explicar e justificar as desigualdades enfrentadas pelos países na busca de melhores condições na qualidade de vida das pessoas.

Todos esses embates sustentados por cada uma dessas teorias sempre foram enfrentados com foco centrado na ciência econômica, desconsiderando assim outros fatores que poderiam ter apontado para rumos diferenciados na evolução das economias das nações.

A exploração dos recursos da natureza jamais influenciou decisivamente os pesquisadores economicistas em suas pesquisas que objetivavam explicar, justificar e até orientar o processo de desenvolvimento econômico dos países.

Somente nas últimas décadas alguns estudos iniciaram uma mudança de posicionamento com a percepção dos números da exploração dos recursos do meio ambiente pelos processos produtivos e a devolução de seus resíduos e as conseqüências que esse ritmo poderá trazer para o planeta.

Um primeiro trabalho que despertou a opinião pública para a questão ambiental foi o livro *Primavera Silenciosa*, da zoóloga e bióloga norte-americana Rachel Carson, publicado em 1962. Dez anos depois, a Primeira Conferência Mundial do Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo) na Suécia inseriu as preocupações com o meio ambiente nas agendas governamentais de vários países.

Projetando uma realidade não muito distante, com base na avaliação que fez dos povos de antigas civilizações em comparação com acontecimentos contemporâneos de outras civilizações, Brown aponta para a perspectiva de alteração nas relações entre as nações em função do domínio e fatores que representarão recursos escassos, afirmando:

Num mundo com escassez de terra e água, o valor de ambos pode aumentar substancialmente, alterando as condições de comércio entre áreas rurais e urbanas. Desde os primórdios da Revolução Industrial, as condições de comércio favoreceram as cidades por controlarem o capital e a tecnologia - os recursos escassos. Mas, se a terra e a água se

tornarem recursos escassos, então as populações das áreas rurais que as controlam terão a vantagem. Assim, as condições de comércio poderão até reverter a urbanização, em algumas situações. (BROWN, 2003, p. 203).

O problema que até então era grave, mas se limitava a buscar solução para resolver a desigualdade na distribuição da renda e apropriação da riqueza de forma desigual entre os povos, agrava-se pela necessidade de encontrar meios que permitam o desenvolvimento de forma sustentável que garanta a preservação dos recursos naturais e a conseqüente perenidade do planeta.

3. OS IMPRESSIONANTES NÚMEROS DA CHINA

Com a decisão do governo chinês de abertura de sua economia no final dos anos 70 não demorou muito para que o resto do mundo começasse a assistir atônito a impressionante capacidade de produção de riqueza demonstrada por aquela nação.

Tolhido em sua possibilidade de usufruir dos benefícios propiciados pela economia moderna nos países desenvolvidos a população da China, que até então vivia amordaçada pelo rigor do regime autocrático comunista implantado, não demonstrou qualquer receio em se integrar voluptuosamente aos novos tempos econômicos que passaram a vigorar e passou a demonstrar suas potencialidades de produção e consumo.

Nada mais justo que se apliquem os princípios de equidade e se aprove que os chineses, à exemplo de outros povos, possam também desfrutar das vantagens e comodidades proporcionadas pela economia capitalista moderna.

Porém, como muito bem observado por Diamond (2007, p. 31), esse país possui uma geografia e população tão grande que os impactos ambientais de seu desenvolvimento baseado no modelo de consumo existente em países ditos mais avançados representam elevados riscos à sobrevivência da humanidade.

Mas a imensa população, economia e área da China também garantem que seus problemas ambientais não permanecerão como um assunto doméstico e atingirão o resto do mundo, que é cada vez mais afetado por compartilhar o mesmo planeta, oceanos e atmosfera com a China e que, ao seu turno, afeta o ambiente da China através da globalização. (DIAMOND, 2007, p. 444).

Qualquer abordagem que se faça sobre a economia chinesa exige que se comece pela referência ao tamanho de sua população, que mesmo com a adoção do controle de natalidade de forma que cada família só pode ter um filho atingiu mais de um bilhão e trezentos milhões de habitantes, que representa um terço da população mundial.

Incontestavelmente isso significa que todo o movimento que envolva maciçamente a população chinesa produz graves e profundos reflexos em todo o planeta pela dimensão que assume.

Na impressionante viagem pelos números chineses Diamond (2007, p. 447) relata que nas últimas décadas a produção de máquinas de lavar aumentou 34 mil vezes e a de automóveis foi multiplicada por 130 em função de decisão governamental de transformar a indústria de veículos em um dos pilares de desenvolvimento.

Quando se refere à produção de automóveis para consumo interno outro autor revela números tão espantosos como todos os demais ao afirmar:

Em 1994, o governo chinês decidiu que o país desenvolveria um sistema de transportes centrado no automóvel e que a indústria automotiva seria um dos impulsionadores do futuro crescimento econômico. Beijing convidou grandes montadoras como Volkswagen, General Motors e Toyota a investirem na China. Mas, se o objetivo de Beijing se materializasse e cada chinês possuísse um ou dois carros em cada garagem e consumisse petróleo no ritmo dos Estados Unidos, a China necessitaria de mais de 80 milhões de barris de petróleo ao dia - ligeiramente superior aos 74 milhões de barris diários que o mundo produz atualmente. (BROWN, 2003, p. 18).

Exacerbando a agressão que o crescimento chinês está impondo ao meio ambiente nada pior que a constatação da obsolescência de sua matriz energética:

Por trás dessas impressionantes estatísticas sobre a escala e o crescimento da economia da China, esconde-se o fato de que muito dela se baseia em tecnologia obsoleta, ineficaz ou poluidora. A eficiência energética da produção industrial chinesa é apenas metade da do Primeiro Mundo; sua produção de papel consome duas vezes mais água do que a do Primeiro Mundo; e sua irrigação se baseia em métodos de superfície ineficientes responsáveis por desperdício de água, perda de nutrientes do solo, eutrofização e assoreamento de rios. Três quartos do consumo de energia da China dependem de carvão mineral, principal causa de poluição do ar e de chuva ácida, e causa significativa de ineficiência. Por exemplo, a produção de amônia, a partir de carvão, para a fabricação de fertilizantes e têxteis, consome 42 vezes mais água do que a produção à base de gás natural do Primeiro Mundo. (DIAMOND, 2007, p. 448).

O controle de natalidade já citado traz a reboque outro problema que implica igualmente em números astronômicos que é a redução do tamanho das famílias que moram na mesma casa, fazendo com que a China precise construir 126 milhões de novas residências, número este superior ao total de todas as residências existentes nos Estados Unidos, conforme Diamond (2007, p. 464).

Assumido como ideal o estilo de vida norte americano o povo chinês rapidamente produzirá a aceleração na degradação do meio ambiente do planeta a partir da satisfação de necessidades básicas como a alimentação, apenas com o incremento mínimo em novos hábitos como o consumo de carne suína, conforme alertado por Brown (2006, p. 18) da seguinte forma:

À medida que a renda cresceu na China, também o consumo aumentou. Os chineses já alcançaram os americanos no consumo per capita de carne suína, e agora concentram suas energias em aumentar a produção

da carne bovina. Para elevar o consumo per capita da carne bovina na China aos níveis do americano médio, serão necessários 49 milhões de toneladas adicionais. Se tudo isto fosse produzido com gado confinado, no estílo americano, seriam necessárias 343 milhões de toneladas anuais de grãos, um volume igual a toda a colheita dos Estados Unidos.

Muitos outros indicadores poderiam ser levantados e descritos aqui como sinais de alerta de que a prosperidade desse país gigante deve ser motivo de grandes preocupações para toda a humanidade.

Não há como esquecer, porém, que a China é apenas um país com 1,3 bilhões de habitantes e restam ainda em torno de 4 bilhões de pessoas que constituem o exército de seres que habitam regiões ávidas por conquistarem também melhor qualidade de vida igualando-se aos povos dos países desenvolvidos.

Assim surge o questionamento central dessa análise que reside em refletir sobre a possibilidade de conquistar a tal qualidade de vida com a manutenção do atual modelo de consumo imposto pelo sistema capitalista em vigor sem que se encontre uma solução que viabilize tal projeto sem destruir o planeta que sustenta todo esse processo.

4. A PREMÊNIA PELA MUDANÇA DO MODELO

Em 1984, com o aval das Nações Unidas, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esta comissão tinha como objetivo estudar os impactos ambientais causados pelos processos civilizatórios e avaliar a eficácia das políticas existentes para mitigá-los. Estes estudos deram origem, em 1988, ao Relatório Brundtland, documento também chamado de *Nosso futuro comum* que cunhou o termo, muito em voga, *Desenvolvimento Sustentável*; este foi então definido como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”.

O que poderia então tornar-se um marco para uma mudança radical no modelo de desenvolvimento econômico vigente em

prol da sustentabilidade de nossos processos produtivos, terminou por transformar-se em um termo amplamente manipulado e contraditório em si mesmo. Leff (2001) ressalta que o desenvolvimento sustentável, ao não preconizar limites para o crescimento econômico, contribui para impulsionar nossa civilização rumo ao colapso.

Para Cavalcanti (2003, p. 160) um desenvolvimento dito sustentável deve preconizar “princípios mínimos de austeridade, de sobriedade, de simplicidade e de não-consumo de bens suntuários”. Como exemplo de modo de vida ambientalmente sustentável, Cavalcanti cita as sociedades indígenas do Brasil pré-descobrimto.

Boff (2004, p. 96) também vê o desenvolvimento sustentável como um termo moldado aos interesses econômicos, um disfarce para o verdadeiro tipo de desenvolvimento vigente, “altamente concentrador, explorador de pessoas e dos recursos da natureza”. Ressalta ainda Boff (2004, p. 97) que “o desenvolvimento, neste modelo, apresenta-se apenas como material e unidimensional, portanto como mero crescimento”.

O perfeito entendimento dos números projetados pelas economias dos países em desenvolvimento indica a urgência na adoção de antídotos que permitam combater a doença que acomete o planeta antes que ela se torne irreversível e fatal.

O planeta já apresenta mostras de que não suportará os impactos provocados pelo modelo econômico do sistema capitalista vigente por muito mais tempo, apontando para a necessidade de reengenharia no processo enquanto ainda houver tempo, como afirmou Øystein Dahle, Vice-Presidente aposentado da Esso (Noruega e Mar do Norte), citado por Brown (2003, p. 25) ao observar que “O socialismo ruiu porque não permitiu que os preços falassem a verdade econômica. O Capitalismo poderá ruir porque não permite que os preços falem a verdade ecológica”.

Prossegue o autor na mesma linha de raciocínio asseverando:

Construir uma eco-economia no tempo disponível requer mudanças sistêmicas aceleradas. Não teremos êxito com projetos pontu-

ais. Podemos ganhar batalhas ocasionais, mas perderemos a guerra por não dispormos de uma estratégia para uma mudança econômica sistêmica, que colocará o mundo num caminho desenvolvimentista ambientalmente sustentável. (BROWN, 2003, p. 87).

A evolução inconseqüente do estilo de vida do homem, capitaneada pelos países mais ricos e dominantes do planeta, exigiria o consumo de tantos recursos naturais que esgotaria rapidamente os existentes na terra e não se vislumbra em prazo compatível com a velocidade do desenvolvimento em ação qualquer solução tecnológica que permita a reversão desse cenário.

A alternativa então aponta para o caminho da mudança do modelo econômico tal como defendido por Brown:

Uma economia em sincronia com o ecossistema da Terra contrastará profundamente com a economia poluidora, perturbadora e, por fim, autodestruidora de hoje - uma economia do descarte, baseada no combustível fóssil e centrada no automóvel. Uma das atrações do modelo econômico ocidental é a elevação dos padrões de vida de um quinto da humanidade para um nível que nossos ancestrais nunca teriam sonhado, proporcionando uma dieta incrivelmente diversificada, níveis sem precedentes de consumo material e mobilidade física inimaginável. Mas, infelizmente não funcionará a longo prazo mesmo para esse quinto afluente e muito menos para o resto do mundo. (BROWN, 2003, p. 89).

A receita pode estar na aliança das lideranças mundiais que, comprometidas com a busca de uma solução eficiente e definitiva, não receiem em tomar medidas necessárias de impacto que poderão desagradar grandes e poderosos grupos que não vislumbram tal premência.

O trabalho interdisciplinar permitirá encontrar remédios eficazes o suficiente para operar mudanças no comportamento e na atitude de todo o conjunto dos povos que precisará abrir mão de hábitos e costumes em prol de gerações futuras, como sugere Brown:

A chave para a sustentação do progresso econômico é fazer com que os preços falem a verdade ecológica. Ecólogos e economistas - trabalhando juntos - podem calcular os custos ecológicos de várias atividades econômicas. Esses custos poderiam então ser incorporados ao preço de mercado de um produto ou serviço, sob a forma de imposto. Impostos adicionais sobre bens e serviços poderão ser compensados por uma redução no imposto de renda. A questão do remanejamento fiscal, como os europeus o definem, não é o nível dos impostos e sim sobre o que incidem. (BROWN, 2003, p. 250).

Prossegue o autor envolvendo também os governos no engajamento desta força tarefa propondo a inclusão em suas pautas políticas a definição de regras que limitem e controlem a natalidade e que passem a taxar com políticas fiscais rigorosas a exploração dos recursos naturais:

Caberá aos governos nacionais desenvolverem planos de longo prazo definindo objetivos e como atingi-los. Os componentes básicos desse plano são simples e diretos. Incluem o restabelecimento de um equilíbrio entre emissões e fixação de carbono, entre extrações e recarga de aquíferos, entre derrubadas e plantio de árvores, entre perda e regeneração do solo e entre nascimentos e mortes humanas. A questão não é se esses equilíbrios virão a ser alcançados. A única questão é como. Caso as sociedades não consigam um equilíbrio entre nascimentos e mortes reduzindo os nascimentos, a natureza o fará, aumentando as mortes. Com aquíferos, a opção é equilibrar logo bombeamento e recarga - enquanto há tempo para ajustes - ou esperar até que o aquífero esteja exaurido, e a conseqüente queda na produção de alimentos leve à escassez potencialmente catastrófica de alimentos. (BROWN, 2003, p. 275-276).

Para reforçar toda essa sinergia proposta para permitir a reestruturação do modelo de vida no planeta, Brown lembrou de envolver também as organizações do mundo empresarial que precisarão assumir

seu papel nessa empreitada da seguinte maneira:

Da mesma forma que a sociedade, as corporações têm interesse na construção de uma eco-economia. Lucros míngam quando uma economia está em declínio ou ameaçando entrar em colapso. Os riscos são particularmente altos no setor energético, mais afetado do que, por exemplo, o setor alimentício. A fim de se tornar sustentável, este último precisa ser modificado, porém o primeiro requer reestruturação fundamental. (BROWN, 2003, p. 280).

Nesse contexto resta comprovado que é preciso mudar. Uma mudança que precisa começar imediatamente e que exige coordenação com pertinácia e responsabilidade sem possibilidade de vacilos que possam permitir a influência de interesses de quaisquer grupos por mais poderosos que possam ter sido em épocas passadas.

5. NECESSIDADE DE GOVERNANÇA

Este cenário está sendo cada vez mais percebido por pessoas que passaram a demonstrar interesse pela questão, motivadas por suas convicções ecológicas ou pela angústia ao perceber que as futuras gerações poderão encontrar condições cada vez mais precárias de vida com qualidade.

É nesse contexto que este trabalho propõe para o planeta Terra a adoção de estratégias com o objetivo de rever o modelo de desenvolvimento vigente com o uso dos princípios que nortearam a implantação das boas práticas de governança nas empresas do mundo todo e que apresentaram excelentes resultados em seus negócios.

A missão é complexa e delicada exigindo obstinação e coragem com o propósito de alterar o modo de vida das pessoas e a forma de atuação das organizações visando permitir o desenvolvimento dos povos garantindo, como condição básica e inegociável, a preservação dos recursos naturais do planeta.

Proibir as atividades que possam de alguma forma provocar a destruição da natureza, mesmo que de maneira gradativa,

precisa ser um dever das autoridades de todo o mundo e um direito de todas as pessoas que precisam se unir numa grande corrente solidária para conquista dessas metas.

Definida a premissa básica torna-se necessário buscar alternativas para o desenvolvimento dos povos de forma equilibrada, justa e responsável, garantindo a longevidade do planeta por meio da preservação de seus recursos naturais, oferecendo condições dignas de vida com qualidade a todos a partir da observação dos princípios da boa governança de equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade social, propiciando trabalho, alimentação, saúde e liberdade a todos os homens.

Estabelecidos tais requisitos e responsabilidades este estudo passa a analisar as ações necessárias e suas semelhanças com a governança nas empresas. Assim como as empresas necessitam de governança para desenvolver suas atividades de forma eficaz construindo bases sólidas para garantir sua saúde e longevidade, é imprescindível que também o planeta conte com o monitoramento de alguém que zele pela sua perenidade.

Governança é o termo utilizado no mundo empresarial para referir-se às práticas empregadas para dirigir, direcionar, administrar ou influenciar decisivamente ações num sentido estabelecido como objetivo a ser galgado pela organização.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC que agrega profissionais na dedicação aos estudos em busca do aperfeiçoamento das práticas de governança nas empresas adota o seguinte conceito:

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e o conselho fiscal. As boas práticas de governança corporativa tem a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para sua perenidade. (IBGC, 2006, p. 37).

Hodiernamente a relação entre o sistema ambiental e o sistema empresarial estabelece-se com um vínculo imprescindível e encontra em Derani (1997, p. 139) a defesa da importância da convivência pacífica das políticas ambiental e econômica, conforme abaixo:

O sistema econômico é dissipativo e não se auto-perpetua. É com base nesses fatos que se deve desenvolver uma teoria que vise a compor uma política ambiental e econômica vinculadas. É somente trabalhando com tais evidências que se pode erigir um conceito material de desenvolvimento sustentável. (DERANI, 1997, p. 139).

Para contornar as dificuldades estabelecidas pelo paradoxo estabelecido pelo desenvolvimento econômico e preservação da qualidade de vida da sociedade em geral, a legislação passa a criar limites e diretrizes conforme mencionado por Derani (1997, p. 17):

As normas ambientais são essencialmente voltadas a uma realidade social e não a uma “assistência” à natureza. Tais normas de proteção ao meio ambiente são reflexos de uma constatação social paradoxal resumida no seguinte dilema: a sociedade precisa agir dentro de seus pressupostos industriais, porém, estes mesmos pressupostos destinados ao prazer e ao bem-estar podem acarretar desconforto, doenças e miséria.

Milaré (2007, p. 61) reforça essa idéia do desenvolvimento sustentável como alternativa para o crescimento econômico pensado e realizado com o pensamento voltado exclusivamente para os aspectos econômicos, ao afirmar que:

[...] a sociedade vem acordando para a problemática ambiental. O mero crescimento econômico, muito generalizado, vem sendo repensado com a busca de fórmulas alternativas, como o ecodesenvolvimento, ou o desenvolvimento sustentável, cuja característica principal consiste na possível e desejável conciliação entre o desenvolvimento integral, a preservação do meio ambiente e a

melhoria da qualidade de vida – três metas indispensáveis.

Governança e sustentabilidade possuem uma íntima ligação que se estabelece primordialmente na elaboração das estratégias da corporação. O conselho de administração, ao analisar os cenários e propor ações estratégicas, necessariamente avaliará questões de sustentabilidade não se limitando aos aspectos econômicos, mas dando também a devida atenção às questões ambientais e sociais.

Segundo Villares (2003 apud IBGC, 2006, p. 22):

Está ficando cada vez mais evidente que a governança corporativa é fundamental para a sustentabilidade e perpetuação das organizações e, portanto, para o crescimento econômico das empresas e dos países, independentemente dos modelos societários.

O fortalecimento das empresas precisa acontecer em alinhamento com a melhoria das condições de vida da sociedade. Nada justificaria a transferência pura e simples dos recursos e das riquezas para as empresas em detrimento das pessoas da comunidade onde ela atua, de acordo com o pensamento de Davis, Lukomnik e Pit-Watson (2008, p. 52):

Não faz sentido para os cidadãos investidores estimular a empresa a gerar altos lucros para seus proprietários de ações, mas ignorar os danos que estão infligindo à economia como um todo, como, por exemplo, ao poluir o meio ambiente. Se agirem assim, simplesmente estarão roubando de um bolso para por o dinheiro no outro bolso. O mesmo se aplica a qualquer atividade das empresas que transfira custos para a sociedade em geral.

E é nesse cenário que o Brasil vem formulando novas regulamentações de forma que a abrangência do direito ambiental passe a envolver todos os segmentos da sociedade buscando conciliar suas ações com a preservação do meio ambiente, como descrito por Derani (1997, p. 75):

O direito ambiental é em si reformulador, modificador, pois atinge toda a organização da sociedade atual, cuja trajetória conduziu a ameaça da existência humana pela atividade do próprio homem, o que jamais ocorreu em toda a história da humanidade. É um direito que surge para rever e redimensionar conceitos que dispõem sobre a convivência das atividades sociais.

De acordo com Antunes (2004, p. 31):

Os Princípios do Direito Ambiental estão voltados para a finalidade básica de proteger a vida, em qualquer forma que esta se apresente, e garantir um padrão de existência digno para os seres humanos desta e de futuras gerações, bem como de conciliar os dois elementos anteriores com o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentado.

Segundo Enrique D. Dussel (2002 apud ALMEIDA, 2003, p. 21) existem limites absolutos para o crescimento econômico em detrimento da civilização, como segue:

[...] a) a destruição ecológica do planeta, descrita como a morte da vida em sua totalidade pelo uso indiscriminado de uma tecnologia antiecológica, comprometida apenas com o aumento da taxa de lucro; b) o segundo limite seria a destruição da humanidade, em virtude da exploração do trabalho vivo, que produz pobreza como limite absoluto do capital.

Nascimento (2008, p. 57) discorre sobre o perigo que corre o planeta se não forem adotadas ações urgentes de preservação dos recursos naturais, ao se referenciar ao relatório do Clube de Roma, como segue:

No final dos anos 1960, um grupo de cientistas que assessorava o Clube de Roma alertou, utilizando modelos matemáticos, sobre os riscos do crescimento econômico contínuo baseado na exploração de recursos naturais não-renováveis. O relatório *Limits to Growth* (Limites do Crescimento), publicado

em 1972, fazia projeções sobre o consumo de recursos naturais não-renováveis e sobre o aumento da demanda, concluindo que, em poucas décadas, haveria o esgotamento desses recursos.

Enfim, pode-se perceber que inúmeros autores e pesquisadores voltam suas preocupações para o futuro dos inquilinos do planeta Terra salientando a importância de conscientização do homem em todos os recantos em que habitam para os impactos que estão sendo causados à natureza pela ação humana na busca desenfreada pelo crescimento a qualquer custo, o que é também reforçado por Luis P. Sirvinskas (2003, p. 3) ao afirmar que “a consciência ecológica está intimamente ligada à preservação do meio ambiente. A importância da preservação dos recursos naturais passou a ser preocupação mundial e nenhum país pode eximir-se de sua responsabilidade”.

É com essa consciência que, de forma semelhante às empresas, o planeta precisa estabelecer sua visão de futuro, ciente de que essa visão é a declaração da direção que pretende seguir de forma a refletir suas aspirações em alinhamento com suas crenças, provendo motivação para o estabelecimento de um caminho firme e decidido rumo à conquista das aspirações e sonhos de todos os seres humanos.

A visão de futuro consubstanciada deve prever o sonho de ser um planeta bom para viver, onde as pessoas respeitam-se mutuamente e convivem equilibradamente com a natureza buscando sua preservação. Todos devem entender perfeitamente a importância de seu papel na sociedade e a competitividade deve se restringir à comparação do grau de contribuição que cada um dá para a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras. A solidariedade, o respeito ao homem e ao meio ambiente e o equilíbrio entre crescimento e preservação serão valores cultuados em todos os níveis da Terra.

Fixadas a missão e a visão de futuro da Terra, é fundamental que se comece a agir imediatamente assim como refletiu Brown:

Não há meio termo. Poderemos trabalhar juntos na construção de uma economia sustentável? Ou conservaremos nossa economia ambientalmente insustentável até que entre em colapso? Esse não é um objetivo a ser negociado. De uma forma ou de outra, a escolha será feita por nossa geração. Mas afetará a vida na Terra para todas as gerações futuras. (BROWN, 2003, p. 295).

A adoção das melhores práticas de governança será a estratégia essencial que permitirá a reversão de projeções pessimistas que apontam para um futuro de falência da vida humana na terra, permitindo assim a perenização do planeta de forma similar a que as empresas vem experimentando na busca de sua longevidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou o momento de a humanidade posicionar-se em relação ao paradoxo que está colocado: crescer e desenvolver para atingir qualidade de vida extensiva a todos os povos exige que se resolva a questão do modelo de crescimento de forma que o planeta seja preservado.

Não se trata de continuar o debate para saber se precisa mudar ou se existe tecnologia disponível para tal. A questão é que se não acontecer a mudança a natureza se encarregará de julgar e condenar a humanidade pela omissão.

A saída, parece, transcende a escolha de um determinado sistema econômico, seja ele de caráter capitalista ou socialista; até porque as experiências existentes demonstraram que, embora diferentes filosoficamente, ambos convergem para um objetivo comum: o crescimento econômico inconseqüente. Antes disso, a longevidade da espécie que habita este planeta azul depende fundamentalmente do abandono de uma visão antropocêntrica (exploratória) em prol de uma visão ecocêntrica (cooperativa); afinal, como escreveu Capra (2002), a vida tomou conta do planeta não pelo combate, mas pela cooperação.

O grande desafio que se impõe neste momento ímpar da história da humanidade diz respeito à conciliação de dois termos por ora antagônicos: crescimento econômico e

preservação ambiental. Há os que defendem o crescimento econômico acelerado como alternativa única à pobreza e ao subdesenvolvimento; ou seja, como arrancar mais de um bilhão de seres humanos das garras da miséria sem a abundante produção riquezas? Aos que pensam assim, pode-se contrapor uma outra questão: o que é mais determinante para a existência da pobreza no mundo? A escassez ou má distribuição das riquezas globais? Na outra ponta, há o radicalismo ambientalista representado em sua forma mais extremada pelos chamados “ecofascistas”. Estes defendem uma espécie de ditadura ecológica onde, em prol da “causa ambiental”, justificar-se-iam medidas como o controle involuntário da natalidade, a abolição do consumo e a proibição do tráfego aéreo. Aos adeptos deste “novo” autoritarismo caberia perguntar aonde este extremismo lançaria o ser humano; talvez, quem sabe, em uma barbárie “verde”.

Mas há ainda os que defendem o caminho do meio onde crescimento econômico e preservação ambiental conviveriam em harmonia. Para tanto, desenha-se e apresenta-se um verdadeiro arsenal de procedimentos alternativos nas áreas social, política e tecnológica. Pode-se, então, com bom-senso, boa vontade e conhecimento científico superar as ameaças que pairam sobre a continuidade dos habitantes deste planeta azul, mas não apenas isso; ter-se-ia um mundo socialmente mais justo e politicamente mais solidário. Muitos talvez vejam este mundo como um sonho, uma utopia; é possível, no entanto, vislumbrá-lo como um objetivo tangível, urgente e prioritário.

Para não correr o risco de seguir o mesmo destino de povos que se autodestruíram, como os habitantes da ilha de Páscoa ou os Maias, por assumir a competição entre si como significado maior da vida, abusando da exploração inconseqüente dos recursos naturais, e acabaram dizimados pelo egoísmo e ganância, é preciso acordar e perceber que o caminho que o mundo está trilhando não serve.

O combate à doença deve ser iniciado imediatamente, com urgência e tenacidade. Certamente a humanidade entenderá que não se pode admitir o domínio de grupos poderosos que

estabelecem a acumulação de riquezas como objetivo único e imutável em detrimento da implantação de ações imprescindíveis que visem o benefício de todos de modo mais justo e abrangente.

A história da humanidade está começando a registrar um novo capítulo que com certeza contemplará novos valores e que terá como centro, de forma harmoniosa,

o ser humano e a natureza em substituição ao endeusamento da ciência econômica ou de qualquer outra como se permitiu no passado ao assumir o controle e direcionamento de todas as atenções em eras que restarão apenas como lembranças do passado.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BROWN, Lester R. **Eco-economia: construindo uma economia para a terra**. Tradução de Henry J. Mallett e Célia Mallet. Salvador: UMA, 2003.
- CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CAVALCANTI, Clóvis. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Recife, 2003.
- DAVIS, Stephen; LUKOMNIK, Jon; PIT-WATSON, David. **Os novos capitalistas**. A influência dos investidores-cidadãos nas decisões das empresas. Tradução por Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. Tradução de: The new capitalists.
- DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Tradução Alexandre Raposo. 5. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- FIORI, José Luis. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: VOZES, 2000.
- FRANK, Andrew Gunder. **Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano**. In: Urbanização e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. In: Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GUTIÉRREZ, Alberto Anaya; LONG Virgilio Maltos; PARGA; Rodolfo Solís. **Tesis sobre la crisis del capitalismo y la coyuntura mundial**. VII Seminario Los Partidos y una nueva Sociedad. Revista Teórica y Política. Cuba: 2004. Disponível em < <http://www.cubasocialista.cu/texto/viiiseminario/csviiis13.htm> >. Acesso em 13 mai. 2011.
- IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Uma década de governança corporativa**. 1. ed. São Paulo: Saint Paul e Saraiva, 2006.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. A gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 5.ed., reform., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual do direito ambiental**. 2.ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. **O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América latina**. In: Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Recebido em 10/07/2012
Aprovado em 25/07/2012